

PROVA MPRN - EDITAL 001/2024 - ÁREA JURÍDICA

GABARITO

1 A	2 D	3 B	4 B	5 C	6 E	7 C	8 C	9 D	10 E
11 A	12 D	13 B	14 C	15 A	16 E	17 C	18 A	19 A	20 E

QUESTÕES

1. Acerca das Funções Essenciais à Justiça previstas na Constituição Federal, marque a alternativa que corresponde a que não está inserida em um dos Poderes do Estado:

- A) Ministério Público
- B) Advocacia-Geral da União
- C) Defensoria Pública
- D) Tribunal de Contas da União
- E) Advocacia Geral da União

2. O controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da Administração Pública é uma importante ferramenta para garantir a consecução dos princípios administrativos básicos estabelecidos no art. 37 da CF/1988, em especial o princípio da moralidade e eficiência pública. Esse controle poderá se dar de forma interna ou externa, a depender de quem o exerce. Diante do exposto, marque a alternativa que corresponde ao titular do controle externo da Administração Pública:

- A) Ministério Público
- B) Poder Judiciário
- C) Associações e Sindicatos com representação nacional e mais de 01 ano de funcionamento
- D) Poder Legislativo
- E) Poder Executivo

3. A imunidade material é uma prerrogativa importantíssima para que os membros do Poder Legislativo tenham plena liberdade de atuação e representação junto à sociedade. O balizamento constitucional dessa imunidade determina que tal prerrogativa possui alguns limites. No que se refere à imunidade material aplicada aos membros do Poder Legislativo de Município, de acordo com o estabelecido pela Constituição e pela interpretação conferida pelo STF, aponte a alternativa CORRETA:

- A) A imunidade material dos vereadores abrange opiniões, palavras e votos, no exercício ou não do mandato, desde que nos limites da circunscrição do Município

B) A imunidade material dos vereadores abrange opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, havendo pertinência com este, desde que nos limites da circunscrição do Município

C) A imunidade material dos vereadores abrange opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, havendo ou não pertinência com este, desde que nos limites da circunscrição do Município

D) A imunidade material dos vereadores se refere à impossibilidade de ser preso em flagrante delito, exceto em se tratando de crime inafiançável

E) A imunidade material dos vereadores abrange opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, havendo pertinência com este, em qualquer lugar, inclusive fora da circunscrição do Município

4. Marque a alternativa que corresponde, nos termos do texto da CF/1988, a hipótese em que será declarada a perda da nacionalidade de brasileiro:

A) Brasileiro que adquire outra nacionalidade

B) Brasileiro naturalizado que que tem cancelada a sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático

C) Quando for feito pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ainda que essa situação ocasione apatridia

D) Brasileiro naturalizado que que tem cancelada a sua naturalização, independentemente de sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização

E) Brasileiro naturalizado que que tem cancelada a sua naturalização, independentemente de sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional

5. A Administração Pública do Município "X" determina o fechamento de uma rua para a realização de obras de pavimentação e manutenção do sistema de esgoto. De acordo com a situação apresentada, marque a alternativa que corresponde ao poder administrativo que está sendo aplicado:

A) Poder normativo

B) Poder regulamentar

C) Poder de polícia

D) Poder discricionário

E) Poder hierárquico

6. A motivação, embora não seja um elemento essencial do ato administrativo, quando exigida pela lei, caso não exarada pela Administração, poderá ocasionar nulidade do ato administrativo. Marque abaixo a alternativa que corresponde ao elemento do ato

administrativo afetado/viciado pela não apresentação de motivação, havendo exigência legal:

- A) Objeto
 - B) Competência
 - C) Motivo
 - D) Finalidade
 - E) Forma
-

7. O *habeas data* é um importante instrumento constitucional do exercício do direito à informação e, conseqüentemente, de controle da Administração Pública. No caso de sentença que concede o *habeas data*, o respectivo recurso terá efeito meramente:

- A) Suspensivo
 - B) Transmutativo
 - C) Devolutivo
 - D) Ativo
 - E) Antecipatório
-

8. Conforme determinação constitucional, o Estado possui a prerrogativa de propor ação de ressarcimento dos prejuízos causados pelo seu agente. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA no que se refere a prescrição aplicada a esta pretensão ressarcitória:

- A) O prazo prescricional é de 3 anos, conforme o Código Civil
 - B) O prazo prescricional será de 10 anos
 - C) A ação de ressarcimento não possui prazo prescricional
 - D) O prazo prescricional será de 20 anos
 - E) O prazo prescricional será de 05 anos
-

9. A vigência das leis é regulada pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Acerca do regramento conferido por esse diploma legal, marque a alternativa CORRETA:

- A) A ripristinação sempre ocorrerá na situação de revogação da lei revogadora, ocasião em que a lei revogada voltará a ter vigência, independentemente de previsão expressa nesse sentido
- B) As correções a texto de lei já em vigor não são consideradas leis novas, mas ensejam nova publicação de seu texto

C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia simultaneamente à sua publicação no Brasil

D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior

E) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior

10. Acerca da regulação da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código Civil, marque a alternativa CORRETA:

A) Caracteriza-se confusão patrimonial, quando a pessoa jurídica é utilizada para lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza

B) Caracteriza-se o desvio de finalidade da pessoa jurídica, quando não há separação de fato do patrimônio da pessoa física e da pessoa jurídica

C) O Código Civil adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, diferentemente do Código de Defesa do Consumidor, que adota a teoria maior

D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de todas as relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de sócios da pessoa jurídica, apenas no caso de benefício direto pelo abuso

E) A expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica não constitui desvio de finalidade

11. Acerca da personalidade jurídica, marque a alternativa INCORRETA:

A) O condomínio edilício é uma hipótese *sui generis* de ente que possui personalidade jurídica

B) A extinção dos direitos da personalidade se dá com a morte

C) Uma das teorias do marco inicial da personalidade jurídica é a natalista, que estabelece que o início da personalidade se dá com o nascimento com vida. Contudo, isso não significa que entre a concepção e o nascimento, onde transita o nascituro, não haja garantia de direitos

D) É correto afirmar que todo indivíduo que possui capacidade civil, também possui personalidade jurídica, uma vez que a personalidade é adquirida com o nascimento com vida, sendo a capacidade civil plena adquirida a partir do desenvolvimento pessoal e etário

E) Como regra, o texto do Código Civil adota a teoria natalista, embora a doutrina civilista divirja acerca de qual a teoria é adotada pelo Direito Civil Brasileiro acerca do início da personalidade jurídica

12. Marque a alternativa que corresponde a uma das hipóteses elencadas pelo Direito Civil como de responsabilidade:

- A) O dono ou detentor do animal é responsável pelos danos por ele causados, ainda que reste provada culpa da vítima ou força maior
 - B) Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro ou gratuitamente, mesmo para fins de educação pelos hóspedes, moradores e educandos
 - C) Os pais, pelos filhos menores mesmo que não estejam sob sua autoridade e companhia
 - D) O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele**
 - E) Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, pela totalidade da quantia
-

13. Marque a alternativa que, de acordo com o Código de Processo Civil, caracteriza hipótese de inépcia da petição inicial:

- A) Quando a petição inicial estiver desacompanhada dos documentos essenciais
 - B) Quando os pedidos forem incompatíveis entre si**
 - C) No caso de pedido genérico e não liquidado
 - D) Quando a petição inicial não requerer a citação do réu ou a intimação do membro do Ministério Público
 - E) Quando o valor da causa contido na petição inicial estiver incorreto
-

14. O Código de Processo Civil permite a alteração do pedido inicial pelo autor. Marque a alternativa que corresponde a uma hipótese em que essa alteração é permitida:

- A) Caso o réu seja revel, independentemente do seu consentimento
 - B) A qualquer momento, desde que haja consentimento do réu
 - C) Até o saneamento do processo, desde que haja consentimento do réu**
 - D) Até o término da fase instrutória, sem necessidade do consentimento do réu
 - E) A qualquer tempo, havendo litisconsórcio passivo com citações pendentes, desde que haja o consentimento dos que já foram citados
-

15. A reconvenção é um importante instituto processual que permite ao réu apresentar uma contraposição aos fatos apresentados pelo autor, de forma a apresentar sua própria pretensão, através de uma espécie de contra-ataque. No que se refere a esse instituto, marque a alternativa CORRETA:

- A) É essencial para o cabimento da reconvenção, que haja conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa**
- B) A reconvenção só poderá ser proposta caso tenha sido apresentada contestação

C) Não é admissível reconvenção proposta em litisconsórcio com terceiro

D) A reconvenção possui dependência em relação a ação principal, de forma que se esta for extinta ou tenha a análise do mérito obstada por algum motivo, haverá prejuízo da reconvenção

E) O valor da causa da reconvenção não poderá ultrapassar o dobro do valor da causa da ação principal

16. Acerca da jurisprudência do STJ e STF acerca do mandado de segurança, marque a alternativa INCORRETA:

A) O termo inicial do prazo de decadência para impetração de mandado de segurança contra aplicação de penalidade disciplinar é a data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial

B) O prazo decadencial para impetração de mandado de segurança não se suspende nem se interrompe com a interposição de pedido de reconsideração na via administrativa ou de recurso administrativo desprovido de efeito suspensivo

C) Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios

D) A impetração de mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária, o qual somente tornará a correr após o trânsito em julgado da decisão

E) O mandado de segurança pode ser utilizado como meio para se buscar a produção de efeitos patrimoniais pretéritos, uma vez que se presta a substituir ação de cobrança, desde que presente direito líquido e certo

17. Qual o efeito da embriaguez completa e causada por evento fortuito?

A) Não interfere em nada na imputabilidade penal

B) Interfere na ilicitude, sendo uma causa excludente

C) Interfere diretamente na imputabilidade, causando a isenção de pena

D) interfere direta e parcialmente na imputabilidade, causando a diminuição da pena

E) Interfere na execução da pena, permitindo a fixação do regime inicial de cumprimento da pena aberto

18. Gandalf, servidor público efetivo, exigiu dolosamente de Frodo, usuário de determinado serviço público, quantia superior à devida pelo cidadão em razão da prestação de um determinado serviço público, a título de taxa, tendo se apropriado da quantia excedente ao devido. Além disso, Gandalf não recolheu aos cofres públicos o valor devido, tendo se apropriado integralmente da quantia devida pelo usuário do serviço público. De acordo com a situação hipotética, marque a alternativa CORRETA:

A) Gandalf cometeu o crime de excesso de exação na forma qualificada

B) Gandalf cometeu o crime de corrupção ativa

- C) Gandalf cometeu os crimes de peculato em concurso material com corrupção ativa
 - D) Gandalf cometeu o crime de corrupção ativa e corrupção passiva em concurso formal
 - E) Gandalf não cometeu qualquer crime, sendo sua conduta classificada apenas como improbidade administrativa
-

19. É possível que no âmbito de uma ação penal sejam discutidos fatos que também possuem repercussão civil, de forma que haverá interseção entre tais fatos entre as duas esferas. Nessa hipótese, se discute a influência ou não do que resta decidido em uma ação penal no caso da propositura de eventual ação cível. Acerca do tema, marque a alternativa CORRETA:

- A) A sentença penal transitada em julgado que absolve o acusado mediante o reconhecimento de que este agiu em estado de necessidade, faz coisa julgada no juízo cível
 - B) A sentença penal transitada em julgado que absolve o acusado, por reconhecer que o fato imputado não constitui crime, faz coisa julgada no juízo cível
 - C) A sentença penal transitada em julgado que absolve o acusado, por reconhecer que não há provas da existência do fato, faz coisa julgada no juízo cível
 - D) A sentença penal transitada em julgado que reconhece como extinta a punibilidade do acusado, faz coisa julgada no juízo cível
 - E) A sentença penal não faz coisa julgada no juízo cível, pois são duas esferas diversas de análise dos fatos, sendo que em qualquer hipótese a vítima poderá ajuizar uma ação cível, sem qualquer influência da ação penal já julgada
-

20. Acerca da prisão preventiva e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, marque a alternativa INCORRETA:

- A) As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia
- B) As medidas cautelares diversas da prisão, ainda que mais benéficas, implicam em restrições de direitos individuais, sendo necessária fundamentação para sua imposição
- C) A alusão genérica sobre a gravidade do delito, o clamor público ou a comoção social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão preventiva
- D) A prisão cautelar deve ser fundamentada em elementos concretos que justifiquem, efetivamente, sua necessidade
- E) Pode o tribunal de segundo grau, em sede de habeas corpus, inovar ou suprir a falta de fundamentação da decisão de prisão preventiva do juízo singular